

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

**O EDENISMO DA UNIDADE REAL DE VALOR:
RESQUÍCIOS DE UM DISCURSO CALCADO NA
VALORAÇÃO SÍGNICA DA NATUREZA**Gilvan Charles Cerqueira de Araújo¹

gcc99@gmail.com

RESUMO

A moeda nacional de um país é uma das principais fontes simbólicas do seu referencial heráldico e pátrio. No caso do Brasil deste os períodos do império a unidade de circulação monetária possuiu ligações com as classes dominantes, estampando tanto numismaticamente como de forma impressa, figurações de personagens distantes do conhecimento geral da população. Esta opção simbólica se alterou no início dos anos de 1990 com o Plano Real que além de apostar nos signos edênicos como referência identitária para moeda também carregava a missão de estabilizar a economia do país. O presente trabalho pretende explorar de que maneira esta opção da simbologia faunística e florística possui raízes históricas e geográficas muito mais profundas, fazendo com que a Unidade Real de Valor (URV) tivesse êxito tanto no cenário cambial como no identitário com a população.

Palavras-chave: Ufanismo Edênico; Unidade Real de Valor; Representações Simbólicas

ABSTRACT

The national currency of a country is a major source of its symbolic reference heraldic and patriotism. In Brazil this periods of empire unit circulation possessed links with the ruling classes, stamping numismaticamente as much in print, distant characters figurations of the general knowledge of the population. This option symbolic changed in the early 1990s with the Real Plan that besides gambling in signic Edenic as identity reference to currency also carried a mission to stabilize the country's economy. This study aims to explore how this option symbology fauna and flora has historical and geographical roots much deeper, causing the Unidade Real de Valor (URV) to succeed both in scenery as in exchange identity with the population.

Keywords: *Boosterism Edenic; Unidade Real de Valor; Symbolic Representations*

¹ Mestrando de Geografia UnB

INTRODUÇÃO

Como são elaborados os elementos heráldicos e pátrios de um país? A este questionamento que nada de simplório carrega em si, nos deparamos com um conjunto complexo de interstícios culturais, sociais, políticos, econômicos e históricos que permeiam sua discussão. Por conta desta complexidade de referências é que se necessita de uma acuidade para com estes elementos simbólicos do panteão heráldico de um país, pois as escolhas destes signos decorrem da própria história da formação e desenvolvimento em cada particularidade nacional (AZAMBUJA, 2005).

Com esta prévia ressalva, refletamos sobre o aparato sógnico numismático e impresso da atual moeda nacional brasileira: o Real, surgindo num momento decisivo do estado nacional brasileiro. Tendo em vista dois acontecimentos de incontestável relevância na história recente do país, a saber: a redemocratização política ocorrida entre os anos de 1984 e 1986 atrelados ao movimento de Diretas-Já, de grande apelo popular, culminando na promulgação de uma nova Carta Magna em 1988; e também a questão do enquadramento de lançamento da URV em meio às pressões internacionais, e em especial ao Consenso de Washington em 1989 que tinha como uma das premissas a estabilização financeira e econômica dos países em desenvolvimento neste período (CAVALHEIRO, 2002; IANONI, 2009; PEREIRA, 1994; RINALDI; NERY, 2009).

Em meio a este cenário político e econômico, um projeto de cunho econômico monetário de caráter de renovação visado na feitura da nova constituição de 1988 tomava corpo: a elaboração de uma nova moeda nacional. O Plano Real e a inserção da Unidade Real de Valor (URV), ou simplesmente Real como é popularmente conhecido, representa a maior empreitada no plano econômico brasileiro dos últimos vinte anos.

Este panorama geral nos oferece já algumas das diretrizes que podem ser trilhadas na busca pela solução da inquirição inicial. Depois de tantos *heróis* desconhecidos – muito mais regionais que nacionais, diga-se de passagem – estamparem as cores das cédulas e moedas que circulavam no mercado, uma mudança brusca foi estabelecida pelo governo central. Era necessário abandonar velhas e mal quistas lembranças de um passado recente economicamente tumultuado, efetuando para tal empresa a escolha pontual de referências imagéticas a muito criadas e eventualmente bradadas como o verdadeiro cerne da fonte identitária dos brasileiros: a

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

característica paradisíaca e monumental de sua riqueza natural (CARVALHO, 1998; MAGALHÃES, 2001). Um novo apelo imagético de identificação nacional para com a moeda do país estava implantado no Plano Real, somado, é claro, por seu primeiro objetivo de estabilização financeira.

E assim estão postas as vias pelas quais o presente trabalho irá se guiar. Partindo de uma retomada histórica da moeda nacional, do período colonial ao cenário atual, perpassando por um aprofundamento a respeito do que foi o plano econômico do qual o Real foi a resultante, e aportando por fim no discurso edênico e suas vicissitudes culturais e sociais na capacidade de amparar o fardo de identificação simbólica da população com a moeda nacional de seu país.

DO RÉIS AO REAL: BREVE HISTÓRICO

A moeda de um país é o resultado de um desenvolvimento histórico, calcado em influências de natureza territoriais, regionais, culturais e econômicas. O surgimento do dinheiro é explicado pela necessidade de se substituir formas arcaicas de trocas comerciais pautadas no escambo ou permutas por um tipo universal de valoração das coisas e serviços, tal estabelecimento de valor se deu pela criação padronizada por moedas em diversos povos (CAVALHEIRO, 2002; MARTINS, 2003).

Na formação do estado nacional há uma exigência de uma unificação monetária, levando a standardização tanto do cômputo valorativo de produtos e serviços como também no estabelecimento de uma referência geral para organizar a totalidade das trocas comerciais tanto num âmbito interno como internacional (AZAMBUJA, 2005). Desta maneira a moeda de um país costuma figurar-se como um dos símbolos culturais da nação.

O Brasil desde sua fase colonial esteve inserido numa lógica capitalista de mercado, inicialmente na totalidade do mercantilismo marítimo nas bases do pacto colonial e posteriormente fazendo seu papel de fornecedor de matérias primas já para os países europeus em franco processo de industrialização (IANONI, 2009). Este é um dos principais motivos pelo qual haverá num determinado momento a necessidade de fabricação de moedas e cédulas em solo brasileiro, ajudando a manter o poderio financeiro da metrópole, e fazendo jus ao papel central ou periférico de acordo com sua importância dentro deste sistema.

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

No caso do Brasil como não houve um período de processamento histórico longo para a sua formação enquanto país, a instauração de uma moeda nacional se deu por via da metrópole portuguesa. Um dos maiores estímulos para a produção caseira de moedas no Brasil foram as descobertas de reservas de ouro na atual região central fornecendo a matéria prima para a confecção das primeiras unidades de moedas feitas na colônia.

Apesar de já haver fabricação de moedas de ouro, prata, e cobre desde o final do século XVII, sendo inclusive fundadas casas da moeda na então capital colonial Rio de Janeiro (MARTINS, 2003). Portanto, o Réis foi a moeda brasileira nos períodos colonial e imperial, herdando de Portugal a organização monetária para suas trocas comerciais. Segue abaixo os nomes das moedas e seus valores e também os valores das cédulas:

QUADRO 1 – MOEDAS E CÉDULAS DO BRASIL

Moedas	Cédulas
Vintém – 20 réis	500 réis
Tostão – 80 réis	1.000 réis
Pataca – 320 réis	2.000 réis
Cruzado – 400\480 réis	5.000 réis
Patacão – 960 réis	10.000 réis
	20.000 réis
Dobra – 12.800 réis	50.000 réis
	100.000 réis
Dobrão – 20.000 réis	200.000 réis
	500.000 réis
	1.000.000 um conto de réis (1:000\$000)

Fonte: Adaptado de Banco Central - <http://www.bcb.gov.br/?PADMONET>

No que diz respeito a transição entre a moeda colonial Réis para o Cruzeiro já no final da década de 30 do século XX, esta ocorreu pela inviabilidade de cunhagem de moedas com metais preciosos e também da necessidade de impressão de novas cédulas para abastecer o mercado local. Além dessa dificuldade na produção houve concomitantemente uma pressão política em decorrência da alteração do regime de governo do imperial para o republicano.

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

O primeiro plano monetário que sucedeu à hegemonia do Réis foi o Cruzeiro, em meio as alterações advindas do governo de Getúlio Vargas como uma proposta de renovação tanto simbólica quanto econômica num período onde a palavra de ordem era a ultrapassagem de um passado marcado pela dependência na produção agrícola cafeeira e a implementação de um ciclo de industrialização que perduraria nas décadas posteriores (MARTINS, 2003).

A dominância do Cruzeiro se daria durante cinquenta anos, após grandes oscilações inflacionárias, contando também com um curto período de instauração do Cruzado até sua derradeira crise no início dos anos de 1990 até sua sucessão pelo Plano Real e a Unidade Real de Valor. No quadro abaixo podemos observar esquematicamente os nomes, siglas e vigência das moedas brasileiras:

QUADRO 2 – MOEDAS NACIONAIS DO BRASIL

Nome	Sigla	Vigência
Real	R	Período Colonial até 07/10/1883
Mil Réis	Rs	08/10/1833 até 31/10/1942
Cruzeiro	Cr\$	01/11/1942 até 30/11/1964
Cruzeiro (sem os centavos)	Cr\$	01/12/1964 até 12/12/1967
Cruzeiro Novo (volta dos centavos)	NCr\$	13/12/1967 até 14/05/1970
Cruzeiro	Cr\$	15/05/1970 até 14/08/1984
Cruzeiro (sem os centavos)	Cr\$	15/08/1984 até 27/02/1986
Cruzado (volta dos centavos)	Cz\$	28/02/1986 até 15/01/1989
Cruzado Novo	NCr\$	16/01/1989 até 15/03/1990
Cruzeiro	Cr\$	16/03/1990 até 31/07/1993
Cruzeiro Real	CR\$	01/08/1993 até 30/06/1994
URV - Teste	----	01/08/1993 até 30/06/1994
Real Atual	R\$	Desde 01/07/1994

Fonte: Adaptado de Banco Central - <http://www.bcb.gov.br/?PADMONET>

A respeito das várias mudanças ocorridas tanto na nomenclatura como na estrutura dos planejamentos monetários existentes ao longo do século XX, estes se justificam pela falta de uma base produtiva e de uma tradição econômica própria pelos séculos a fio aos quais o Brasil se viu submetido pelo julgo metropolitano português. O Réis enquanto moeda brasileira carregava em si o símbolo do anacronismo da economia brasileira, situação esta visível em acontecimentos marcantes de nossa história. Um destes fatos foi o fatídico evento de queima das sacas de café em 1931 em decorrência

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

da quebra da economia norte-americana, a moeda brasileira se mostrava frágil frente ao cenário nacional, o que se veria ocorrer também com outros planos econômicos como o Cruzeiro e suas variantes posteriores.

Conjugando deste mesmo ponto de vista é que Fernandes (2006) afirma que as intermináveis propostas monetárias pós-período imperial evidenciam inicialmente a dependência simbólica e política da antiga moeda colonial e depois nos fracassos sucessivos até a implementação da Unidade Real de Valor deixando para trás o Cruzeiro como uma marca do passado instável da economia brasileira:

O que observamos desde o início da década de 1990 é uma tentativa de romper com o modelo de crescimento vigente desde a década de 1930, o qual se mostrou esgotado tanto do ponto de vista de estratégia política, como de formas de financiamento econômico (conforme apresentado anteriormente). (FERNANDES, 2006, p. 16).

Com este percurso de mais de 200 anos de história da moeda nacional brasileira percebemos a grande quantidade de oscilações tanto simbólicas como valoritavas das moedas. A característica mais importante durante todas estas mudanças é que por muito tempo a herança do país agricultor e com uma economia pouco expressiva perdurou. Tal cenário se alterou inicialmente de forma monetária com o Cruzeiro e o Cruzado (e suas emulações) sendo superado pelo Real numa nova proposta que iria atingir não só o campo cambial e financeiro, mas, também simbólico enquanto moeda nacional.

Observa-se então por este breve resgate histórico que, apesar de toda sua importância política e financeira, o Real possui um percurso histórico cercado de pormenores imprescindíveis para o seu sucesso enquanto plano econômico. Desde a crise das primeiras décadas da república, passando pelo período da ditadura militar com a democratização do país até o direcionamento à ordem neoliberal vigente nos 90 dará à Unidade Real de um importante substrato histórico que respaldará e possibilitará o seu surgimento.

Um próximo e importante passo a ser dado é um breve resgate histórico do qual o Real faz parte enquanto acontecimento político e econômico no Brasil, relevando também alguns seus aspectos simbólicos tão discerníveis e peculiares em comparação com as moedas pretéritas. Também entra em pauta a questão simbólica que permeia o

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

conceito de moeda nacional em si e a URV em particular, e deste ponto a exploração imagética do edenismo já entra como protagonista da porção impressa desta moeda.

ASPECTOS GERAIS DO PLANO REAL E A URV: FORÇA FINANCEIRA E APELO SIMBÓLICO EDENISTA

A oficialização do Plano Real como política monetária do governo brasileiro ocorreu em 27 de fevereiro de 1994, por meio da medida provisória nº 434 do Diário Oficial da União. No momento de sua ratificação houve um clamor em torno do nascimento do Real como a pedra última a ser colocada nos tantos anos de outras tentativas frustradas de estabilização da econômica brasileira e também dos absurdos índices inflacionários acumulados por décadas de instabilidade monetária.

O início dos anos de 1990 representou um rico período de transformações de natureza monetária para o Brasil, muitas eram as propostas apresentadas para novos planos de moeda nacional, e dentre os tantos colocados na mesa o real se sobressaiu tendo como principal promessa o combate e extinção da inflação (obedecendo as prerrogativas internacionais de controle monetário da época) que assolava a vida dos brasileiros desde meados do período militar, mas que devido justamente a este cenário de ajustamento às exigências internacionais passava a ter uma prioridade de responsabilidade de estabilização financeira muito maior, na esteira de superação das condições precárias de setores sociais e econômicos do país:

No início de 1994 o Brasil lembra uma torre de Babel. A inflação aproxima-se dos 40%, todos afirmam que é ela ao maior mal que aflige o país, mas quando chega o momento de enfrenta-la, cada qual pensa nos seus interesses particulares e o acordo social e político necessário não se concretiza. (PEREIRA, 1994, p. 139).

Portanto, o contexto de elaboração e implementação do Plano Real no Brasil tem a particularidade de ter em sua pauta alguns objetivos bem definidos, como por exemplo o fortalecimento da moeda nacional, a observância à diretrizes de gestão econômica prevista no Consenso de Washington e também conforme afirma Ianoni (2009) o estabelecimento de uma *pax* monetária para o país. No entanto o carro-chefe para o Plano Real sempre foi e ainda é o combate à inflação:

Tão antiga quanto a definição "funcional" da moeda é a observação de que a inflação - entendida como a decomposição da moeda - destrói a moeda sequencialmente, primeiro debilitando sua capacidade de servir como reserva de valor – fenômeno geralmente capturado nas funções que explicam as variações na chamada velocidade de circulação da moeda⁸ - e, em seguida, prejudicando sua utilidade como unidade de conta – à medida que se dissemina a indexação - e, por fim, reduzindo sua capacidade de servir como meio de pagamento. (IANONI, 2009, p.3).

Tendo a inflação como principal objetivo funcional imediato o Plano da URV chegou com uma grande expectativa tanto pelos gestores públicos quanto pela ala empresarial do Brasil. Esta expectativa era o resultado do esforço transparecido pelo governo naquilo que seria a solução para os problemas cambiais, financeiros e fiscais em todas as esferas da economia nacional:

O Plano Real é o décimo terceiro plano de estabilização tentado no Brasil desde o momento em que a atual crise econômica foi desencadeada em 1979, com o segundo choque do petróleo. A probabilidade de que tenha êxito e logre afinal estabilizar os preços é alta. Não apenas por sua competência técnica, mas também porque as condições econômicas no momento em que foi lançado lhe são favoráveis: reservas internacionais em um nível que garante a nova moeda; preços relativos equilibrados, embora defasados como é o próprio da inércia inflacionária; empresas sólidas e reestruturadas; abertura comercial que protege o mercado interno contra abusos de práticas monopolistas; avanços significativos em matéria fiscal nos anos anteriores ao plano. Por outro lado, as condições política são também favoráveis. Há hoje no Brasil um apoio a ajuste fiscal muito maior do que há alguns anos. (PEREIRA, 1994, p. 132).

A preocupação com a questão cambial era óbvia e latente nos diferentes níveis escalares do cenário econômico brasileiro no momento dos testes (Cruzeiro Real) e da implementação do Plano Real. Mas, apesar deste cunho financeiro cutâneo da URV havia outra face de sua idealização e objetivação enquanto moeda definitiva do Brasil após longos anos de turbulência monetária, trata-se do teor simbólico da identificação

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

da moeda nacional enquanto um semióforo² para a população, ou seja, tanto no aspecto numismático quanto no impresso um alcance simbólico para a nova moeda que à época era o mais ambicioso plano econômico já elaborado pelo governo:

Todos nós, inseridos no sistema capitalista, fazemos uso direto ou indireto do dinheiro e de suas mais diversas formas de representação e utilização. A interpretação visual de uma cédula é feita na sua utilização diária, rápida e direta, tendo seus elementos visuais secundários quase que imperceptíveis. A explicação para isso é a importância que os símbolos exercem sobre a percepção do real, como convenções que praticamente descartam o processo de formulação de um novo raciocínio, já que possuem caráter de lei, com significados que generalizam as interpretações. (RINALDI, 2009, p. 17).

Para Rinaldi fica clara a relação entre a moeda de um país, seu dinheiro, e o teor simbólico passível de interpretação que este possa ter. Desta maneira o simbólico ultrapassa diferentes esferas da vida social, dos círculos de vivência e convivência dos indivíduos, e falar de dinheiro é justamente falar de circulação, um meio pelo qual algum tipo de relação social direta e indireta (no nível micro econômico) é estabelecido, ou então num plano escalar de maior alcance a força expedida por uma moeda por ultrapassar fronteiras, fincar vincular, estabelecer ou quebrar paradigmas, ao lado do financeiro há a imprescindível natureza do simbólico:

O simbólico se faz presente em toda a vida social, na situação familiar, econômica, religiosa, política etc. Embora não esgotem todas as experiências sociais, pois em muitos casos essas são regidas por signos, os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social é impossível, portanto, fora de uma rede simbólica. Enquanto os signos estão diretamente referidos aos objetos, formas, imagens concretas ou

² “Um semeion é um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra, mas é também um rastro ou vestígio deixado por algum animal ou por alguém. Signos indicativos de acontecimentos naturais – como as constelações, indicadores das estações do ano -, sinais gravados para o reconhecimento de alguém – como os desenhos num escudo, as pinturas num navio, os estandartes -, presságios e agouros são também semeion. E pertence à família dessa palavra todo sistema de sinais convencionados, como os que se fazem em assembléias, para abri-las ou fechá-las ou para anunciar uma deliberação. [...]. Com esse sentido, um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como um pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação” (CHAUI, 2005, p. 11-12).

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

abstratas que apontam para uma direção única e conhecida, os símbolos são polissemânticos e polivalentes, aparando-se também no referencial significante que lhes propicia os sentidos, os quais contêm significações afetivas e são mobilizadores dos comportamentos sociais. (LAPLATINE; TRINDADE, 2000, p. 6).

O simbolismo é a abstração dos elementos reais pelos ser humano. Portanto a natureza do simbólico conforme nos mostram Laplatine e Trindade (2000) está ligado à ligação, a uma ponte de afetividade e afinidade para com um elemento que transcenda o indivíduo ou uma coletividade específica. Desta forma, fica mais próximo o entendimento pela escolha da natureza como protagonista do simbolismo pátrio no Braisl (CARVALHO, 1998). A abrangência dos aspectos naturais enquanto símbolos, semióforos nacionais alcança a maior amplitude possível:

O ‘tom idílico’ conferido à natureza, o destaque de sua beleza e potencial vão, de modo sutil, construindo as futuras imagens que darão embasamento ao nacionalismo patriótico veiculado pela geografia escolar, sobretudo a partir de 1930. Ou seja, ainda que não se possa falar que havia uma geografia escolar brasileira no período imperial ou mesmo no início da República, a Geografia – das riquezas e belezas brasileiras, dos montes e vales, dos rios e mares, do povo pacífico, ordeiro, sem preconceitos, mestiço – e seu destaque na literatura, por exemplo, fornecerão a matéria-prima para a construção posterior dos estudos de geografia brasileira. Estes em geral, até hoje, apesar das mudanças, assentam-se em discussões acerca do estudo dos limites e extensão do Brasil, passam por suas características físicas – suas belezas? – desembocam no seu povo/população e deságuam na riqueza econômica e na crença no ‘país do futuro’. (GAUDIO, 2007, p. 56-57).

Antes de efetuarmos um posicionamento crítico em relação ao edenismo do imaginário brasileiro conforme nos apresenta Gaudio (2007) em sua citação é importante frisarmos o caráter histórico, perene e reincidente deste aspecto do pensamento social nacional no Brasil. Conforme nos explica Chauí (2005) o mito fundador do Jardim do Éden terreno se iniciou assim que os primeiros portugueses aqui chegaram, a carta de Pero Vaz de Caminha é o mais claro exemplo disto, mas vejamos dois recortes de interessantes que nos ajuda complementar esta posição.

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

Primeiramente vejamos um breve relato de Maria Graham (1785-1842) sobre uma passagem pelo Brasil no início do século XIX: “Se o embaixador de Nápoles que disse a Jorge III que a lua de seu país valia o sol da Inglaterra tivesse estado no Brasil, eu quase poderia perdoar a hipérbole.” (GRAHAM, 1990, p. 237). E na mesma toada argumentativa temos um eco edenista dos mais ávidos de Afonso Celso (1860-1938) feito a pedido do próprio imperador D. Pedro II “Devem ter ufanias os filhos de uma terra assim dotada. O belo é a fonte essencial do amor. Amemos apaixonadamente o Brasil, pelas suas lindezas sem par. A riqueza do Brasil é proporcional à sua extensão e à beleza: extraordinária.” (CELSO, 1997 p. 62-63).

E é justamente nesta permanência histórica que irá afirmar veementemente Murilo Carvalho (1998, p.30): “Surpresa e preocupação. Como é que, 174 anos após a independência, os brasileiros ainda não conseguem encontrar razões para seu orgulho patriótico que tenham a ver com conquistas nacionais e não com fatores sobre os quais têm controle?”. E é com base nesta prerrogativa que o mesmo autor nos apresenta um interessante e profícuo estudo sobre o motivo de orgulho para os brasileiros numa pesquisa feita há alguns anos, mas que ainda possui uma singular importância analítica:

Motivos de orgulho de ser brasileiro (%)

Motivos	VP/ Veja 1	CPDOC- FGV/Iser 1	VP/ Veja 2	CPDOC- FGV/Iser 2	CPDOC- FGV/Iser 3
Natureza	25,0	26,0	25,0	19,8	34,8
Caráter do povo	20,0	11,3	21,0	8,8	15,5
Características do país	10,0	13,8	9,0	9,3	16,3
Esporte/música/carnaval	11,0	6,8	7,0	5,2	9,1
Outros	3,0	15,7	4,0	10,7	18,8
Nenhum	8,0	2,5	7,0	3,1	5,4
NS/NR	23,0	23,7	27,0	43,1	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(N = 1.976)	(N = 1.579)	(N = 1.962)	(N = 4.734)	(N = 2.696)

VP/Veja, 1997, CPDOC-FGV/Iser, Lei, justiça e cidadania s/n Apud. CARVALHO, 1998, p. 28

O quadro acima numa onde há uma pesquisa de singular significado identitário sobre a população brasileira podemos observar o protagonismo da natureza na composição do orgulho nacional. Esta particularidade da natureza não é por acaso,

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

conforme Chauí (2005) bem apresenta o edenismo e sua transformação em semióforo para a população brasileira é fruto de um processo histórico de valorização ideológica dos elementos do heraldismos pátrios voltados aos aspectos naturais do país.

Com esta introdução à temática da simbologia e do apelo imagético calcado no edenismo presente na URV é importante fazermos um percurso histórico interligando o que já foi tratado, no caso a história das moedas nacionais brasileiras, somando a questão da iconografia imaginária da beleza e grandeza natural para assim chegarmos no argumento final da importância do Real não apenas como uma nova moeda nacional, mas também, aquela que conseguiu preencher uma lacuna de identificação com a população dantes ausente nos outros planos numismáticos e impressos. Este ponto de convergência de todos os caminhos até aqui apresentados serão aprofundados no tópico seguinte, alinhando a um só tempo, a inocuidade da imagem do herói nacional, a força do signo e a identidade nacional influenciada pelo projeto do imaginário edênico.

A TRANSIÇÃO SÍGNICA: SAEM OS SEMBLANTES DANDO LUGAR AOS ELEMENTOS EDÊNICOS

Quando o Plano foi implantando no Brasil houve uma grande expectativa criada pelo meio científico da ala economista como também um alvoroço considerável da mídia, tendo em vista os recentes fracassos do Cruzeiro Novo, Cruzeiro, Cruzado, Cruzado Novo. Alguns slogans como *agora vai* ou *a grande solução* (FERNANDES, 2012; PEREIRA, 1994) eram anunciados nos quatros cantos do Brasil.

Para além de ser apenas mais uma dentre as tantas moedas nacionais que o Brasil tivera em seu passado, possuía uma outra missão de cunho simbólico e identitário, alçando a condição de semióforos, ou seja, de componente de fato do aparato sógnico da identidade nacional brasileira, representando em primeiro plano (impresso) os aspectos naturais e em segundo (numismática) os dantes heróis figurantes nas cédulas. O dinheiro na forma do Real passa a exercer uma outra função que vai além do aspecto cambial, chegando na simbolização e na busca de sua mútua identificação com o povo que representa:

Todos nós, inseridos no sistema capitalista, fazemos uso direto ou indireto do dinheiro e de suas mais diversas formas de representação e utilização. A interpretação visual de uma cédula é feita na sua utilização diária, rápida e

direta, tendo seus elementos visuais secundários quase que imperceptíveis. A explicação para isso é a importância que os símbolos exercem sobre a percepção do real, como convenções que praticamente descartam o processo de formulação de um novo raciocínio, já que possuem caráter de lei, com significados que generalizam as interpretações. (RINALDI, 2009, p. 17).

Ficava claro que além de a nova proposta monetária ser eficiente em seu papel financeiro também deveria carregar a responsabilidade de fixar-se enquanto novo apelo simbólico representativo frente à população. Se fizermos uso da conceituação de Marilena Chauí (2005), era preciso transformar a moeda nacional em *semióforo*, ou ainda conforme nos lembra Santaella (2003) a eleição de uma imagem, um símbolo capaz de agregar em si a potência identitária individual ou coletiva dentro de um determinado contexto social.

Antes da implementação do Plano Real a iconografia numismática e impressa da moeda nacional tinha por primazia o apelo das personalidades históricas, tidas como representantes de determinados feitos de sublime notoriedade frente ao cenário geográfico e temporal do país. Portanto, tendo como base esta premissa analítica podemos observar tal apelo à personalidades nos planos principais desde o período do 2º Império até meados do século XX em plena República:



Figura: Cédulas do padrão Réis (de 1833 a 1942)

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

Fonte: Adaptado de Banco Central - <http://www.bcb.gov.br/?PADMONET>

Durante toda a segunda meta do século XX muitos foram os padrões monetários do Brasil, indo do Cruzeiro (Cr\$) e Cruzeiro Novo (NCr\$), passando pelo Cruzado (Cz\$) até o Cruzado Novo (NCz\$). Tantas tentativas de solucionar os problemas principalmente cambiais fez com que houvessem um escamoteamento das dívidas do Banco Central, principalmente devido à política do “Milagre Econômico Brasileiro” de Delfim Neto no período de 1969 a 1973, o que culminaria a partir da década de 1980 em centesimais índices inflacionários e as pífias tentativas de sanar tais problemas com o simples “adicionar” de zeros à direita dos valores monetários, o que não se mostrou eficiente:



Figura: Cédulas do padrão Cruzado (de 1986 a 1989)

Fonte: Adaptado de Banco Central - <http://www.bcb.gov.br/?PADMONET>

E concomitante à crise financeira da moeda nacional e adição falha dos zeros, houve ainda uma última tentativa de se implementar uma nova moeda antes da chegada da URV foi o efêmero Plano Cruzeiro Real (CR\$), que vigorou de 1 de agosto de 1993 a 30 de junho de 1994 (FABER, 2012). Além de falhar cambialmente houve uma grande diferenciação em relação ao Cruzado no que dizia respeito às figuras

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

de ilustração, saíam os rostos dos heróis nacionais desconhecidos (com exceção da cédula de CR\$ 1000,00 onde estava presente a imagem de Anísio Texeira (1900 – 1971) e houve a utilização nas de CR\$ 5.000,00 e CR\$ 50.000 de figuras de gentílicos regionais brasileiros, a saber, o Gaúcho e a Baiana³.

Este esforço de passagem dos grandes nomes da história política para as figurações dos gentílicos regionais já dava mostrava do esforço simbólico que iria se concretizar no Plano Real mas que já se apresentava no Cruzeiro Real, portanto: “Tudo depende em definitivo da natureza do reconhecimento ou da identificação, ou seja, da intencionalidade dos atores em uma dada situação sociocultural, no interior da qual as imagens operam.” (LAPLATINE; TRINDADE, 2000, p. 5).

E este afastamento dos heróis nacionais é uma peculiaridade concernente à história brasileira onde há certa “ausência” de grandes nomes referenciais de atos heroicos de âmbitos nacional. Esta particularidade fará com que haja um recorrente retorno à designação edênica no constructo do arcabouço identitário do povo brasileiro com o seu país, uma característica dos povos americanos colonizados pelos ibéricos, dos quais receberam designações de sublimação paradisíaca já no momento de chegada dos navios em suas costas (CHAUI, 2005).

O legado ufanista é uma característica presente principalmente após instauração da República, quando de forma clara há uma tentativa de abandono do passado de quatrocentos anos de colonização lusitana, e na falta de um rol preponderante de heróis nacionais, o recurso aos aspectos naturais como fonte de orgulho nacional se fortalecerá e ecoando até os dias atuais:

Na quase ausência de um mito fundador “nacional” político via história, a construção da “identidade nacional” (a partir da ação do Estado) será efetivada pelo recurso discursivo à “sua natureza”. Esta permite abstrair o “povo” (em uma sociedade marcada profundamente pela escravidão) e, ao mesmo tempo, criar um “imaginário comum” capaz de conferir uma “comunhão profunda entre os nacionais” (a despeito de suas efetivas desigualdades). (GAUDIO, 2007, p. 53 – grifos da autora)

³ É importante lembrarmos que o gentílico do índio já havia aparecido nas cédulas de 5 cruzeiros (Cr\$) dos Estados Unidos do Brasil (Constituição de 1891) e também na cédula de 1.000 cruzeiros (Cr\$) (de 1990 a 1993) onde no reverso havia a figura de um casal de índios e no anverso o Marechal Cândido Rondon (1865 a 1958).

Como explanado por Rinaldi e Nery (2009) e Martins (2003) houve de fato uma escolha explícita nas cédulas da URV por uma face “incógnita” no anverso de todas as notas. Esta opção deixa em evidência para a interpretação simbólica citada anteriormente no que diz respeito às figuras faunísticas e florísticas presentes no reverso de todas as cédulas. Às cores, animalidade e fulgor contrastam com o fugidio e insípido olhar do rosto desconhecido da efígie:

Como muitos a chamam “a mulher das notas de dinheiro”, a Efígie da República é um signo com uma difícil e complexa interpretação. Em abordagem anterior o chamamos de símbolo devido à atribuição meramente convencional de seu significado, porém a caracterizamos como um signo incompleto na maioria de suas interpretações, pois a grande maioria da população, alvo direto das cédulas analisadas, não consegue interpretá-la de forma eficaz e correta. [...] A efígie é, portanto, mais um elemento de significação interno das cédulas do que um signo que procura em primeira instância estabelecer ligação com seus objetos exteriores. A figura realiza com perfeição seu papel de padrão ilustrativo do anverso das cédulas, configurando uma imagem que se repete em todas as notas e garante a identidade visual perfeita do conjunto. (RINALDI, 2009, p. 18).

Nas cédulas do Plano Real a maior alteração foi na padronização da figura no anverso, retirando-se os costumeiros rostos dantes presentes nos padrões anteriores por uma efígie simbólica da república. Ao optar por esta alteração o Banco Central e a Casa da Moeda reverberaram a importância iconográfica para as figuras dos animais e seus planos de fundo edênicos, aprimorando o impacto colorativo, imagético e simbólico do reverso das cédulas tanto na 1ª Família das impressões da URV como na recente impressão da 2ª Família com início em 3 de fevereiro de 2010. Vemos abaixo a representação das figuras edênicas na 1ª Família das Cédulas da URV:



Figura: 1ª Família de cédulas e 2ª Família de moedas da URV

Fonte: Adaptado de Banco Central - <http://www.bcb.gov.br/?PADMONET>

Nos estudos dos símbolos há a semiótica, que é a ciência que se aprofunda nos sentidos presentes nos entes (significantes). Por isso é importante numa análise da simbologia da moeda nacional brasileira termos um entendimento definidor do que são estes termos. No que tange ao signo é interessante ressaltar o argumento de Santaella (2003) quando mencionam que a definição de Saussure de que todo signo linguístico é a relação de um significante com uma imagem acústica é aplicável a todos os outros campos de análise sógnica.

Também é importante frisarmos a distinção do significado entre intencional e causal. Esta duplicidade de direcionamento também lembrada por Laplantine & Trindade dará a possibilidade de nortear o elo comunicativo que é estabelecido entre a imagem e seu conteúdo, entre o símbolo e seu significado. No caso de uma moeda nacional o peso simbólico das imagens que nelas são estampadas é uma clara demonstração do uso intencional do fator comunicativo dos signos.

Com base nestas premissas da relação entre significado e significado pode-se afirmar que na constituição das referências simbólicas e heráldicas das identidades pátrias de um estado-nação, a moeda possui um lugar especial, pois é por ela que se torna possível a elaboração de uma forma contínua de passagem de signos materiais, históricos e pessoais pertencentes ao panteão nacional. Desta maneira haverá inerentemente uma carga histórica e cultural no fortalecimento e fixação popular na aceitação da moeda como componente da própria identidade nacional:

As cédulas representam um elo significativo entre o passado e o presente, seu valor está intrinsecamente ligado aos aspectos culturais de um povo. As moedas são, às vezes, as únicas fontes de registro histórico de determinadas

construções e esculturas da Antiguidade que já desapareceram, seja por ação do homem ou por resultado do tempo. As cédulas, bem como as moedas metálicas, são indícios também da história política, econômica e social de sua época, suas representações são fontes abundantes de informações que podem revelar importantes dados quanto às condições econômicas, científicas e culturais de uma sociedade. **A moeda de um povo é base para uma série de representações pictóricas de dados como a religião, a educação, o governo e as mais diversas fases da nossa civilização.** (RINALDI, 2009, p. 3 – grifo nosso).

Obviamente que os aspectos pictóricos, simbólicos e identitários de uma moeda nacional será tão diverso quanto a quantidade de países ou comunidade que desse meio de troca monetário fizer uso, tanto numismaticamente como no formato impresso. As referências poderão advir de aspectos naturais, de heróis nacionais, de figuras externas à totalidade histórica e geográfica, ou seja, a diversidade sónica sempre será a palavra de ordem quando o assunto for uma análise dos aspectos simbólicos de uma moeda nacional e suas especificidades.

No caso brasileiro o que observamos é que a vigência do último plano de implementação e regularização monetária e cambial do país possui bases fincadas nas questões financeiras que lhe são inerentes e imprescindíveis mas também há um forte apelo de natureza simbólica em suas representações impressas, no caso a valorização dos elementos edênicos, seguindo uma tendência histórica desta sublimação sónica, voltada para a construção dos elementos constituintes do aparato referencial da totalidade heráldica do panteão sónico da pátria.

CONCLUSÃO

A construção dos referenciais simbólicos de um país é parte integrante do seu próprio ser enquanto estado nacional. No caso do Brasil, conforme mostrado no texto, temos um histórico rico de tendência do direcionamento deste referencial para os aspectos naturais presentes em territorial nacional. Se por um lado o saudosismo e até a indiferença perante as figuras elegidas como pertencentes ao panteão da pátria não atingem o seu devido grau de proximidade identitária com o povo, cabe então justamente ao discurso de ufanía ao edenismo preencher esta lacuna de representação simbólica do cânone mítico da subjetivação da unidade do sentimento nacionalista.

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

Justamente por se tratar de um processo, e não de algo dado e estanque, é que o engendramento destes referenciais simbólicos está em constante reconstrução, e neste processo os detentores das diretrizes delineadores da sublimação dos símbolos, mitos e imagens pertencentes ao pendor heráldico na maior parte das vezes é pertencente da classe dominante do país, ocupando postos de comando e de tomada de decisões importantes, caso assim não fosse a explícita na constante insistência na alteração das impressões imagéticas da moeda nacional não percorreria inicialmente uma proposta de tentativa aos heróis nacionais, por anos fracassados conquanto à sua missão de elevar o grau de identificação das pessoas para com a moeda do seu país, e posteriormente a alteração deste ponto de vista para o reincidente reduto histórico do edenismo nacionalista transposto para a Unidade Real de Valor, e obtendo por ora uma grande vantagem frente aos planos monetários anteriores, tanto no quesito inflacionário e cambial quanto a valorização identitária como referencial simbólico.

Por fim, ficam tanto à título de exposição como de porta de entrada para um rico campo de estudos a presença do teor da ufanía edênica na moeda nacional contemporânea, observando que tal escolha pelas imagens faunísticas e florísticas que nela figuram, em contraposição ao “rebaixamento” dos heróis ao aparato numismático, não é algo aleatório e sem viés temporal que a justifique, fazendo parte de um movimento histórico muito maior, de amplitude considerável em diferentes meios da sociedade brasileira, como as salas de aula, a política, aspectos culturais e chegando até à unidade monetária de circulação de valores financeiros e simbólicos na economia.

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZAMBUJA, D. Introdução à Ciência Política. Ed. 17. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Anpocs n° 13 pág. 63-79 out/dez. 1998.
- CASTRO, I. E. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In: Explorações Geográficas [Org.] CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (p. 155 - 196)
- CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais - Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) São Paulo, 13 (38) p. 63-79, out./dez. 1998.
- CAVALHEIRO, N. A política monetária no Brasil pós-real. In: Revista Pesquisa e Debate. ATE, SP, volume 13, n. 1(21), p. 5-29, 2002.
- CELSO, A. Porque me ufano do meu País (1881). Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1997.
- FABER, M. História do Dinheiro no Brasil. Disponível em: <www.historialivre.com/brasil - > Acessado em 12.11.2012
- CHAUÍ, M. Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária. 1ªed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005. (Coleção História do Povo Brasileiro).
- FERNANDES, A. E. S. Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise do caso brasileiro. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/economicas/DistribuicaodeRenda>. Consultado em 26.10.12.
- GAUDIO, R. S. D. Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira. Belo Horizonte: UGMG, 2007.
- GRAHAN, M. Diário de uma viagem ao Brasil. (1824). Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Universidade de São Paulo, 1990.
- IANONI, M. Políticas Públicas de Estado: o plano real. In: Revista Lua Nova, São Paulo. V. 78: p. 143-183, 2009.
- LAPLANTINE, F & TRINDADE, L. O que é Imaginário? São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos)
- MAGALHÃES, P. A. I. O paraíso brasílico: As visões edênicas da América portuguesa nos XVII e XVIII. In: Revista Praxis. Ano 4, N. 5, Jan/Dez, p. 80-94, 2011.
- MARTINS, L. C. L. S. Cédulas Brasileiras do Mil-réis ao Real. In: Revista da Sociedade Numismática Brasileira. Edição 54, p. 104-114, 2003.
- PEREIRA, L. C. B. A economia e a política no Plano Real. In: Revista de Economia Política. V. 14. N. 4 (56), out/dez, 1994.
- RIBEIRO, D. Teoria do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- RINALDI, R; NERY, V. C. A. O real significado: análise semiótica das cédulas do Plano Real. In: Revista IDEA. V.1, n.1 . Jul./Dez. 2009.
- SANTAELLA, L. O que é semiótica? 19ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- REVISTA DE ESTÉTICA E SEMIOTICA, BRASÍLIA, V. 3, N. 1 P. 62-81 JAN./JUN. 2013.